

Segunda-feira

Teresina, 4 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

TCE-PI quer anular contrato com hospital

O relator da auditoria do TCE-PI no Hospital Regional Justino Luz, de Picos, conselheiro Kennedy Barros, disse que vai notificar hoje o secretário da Saúde, Francisco Costa, sobre o resultado da auditoria que constatou irregularidades no contrato firmado entre o Estado e o Instituto de Gestão e Humanização, atual gestor do hospital. O TCE vai pedir a anulação do contrato. ● PÁGINA 4

TCE quer fim do contrato com Organização Social em Picos

Foto: Divulgação

A Secretaria da Saúde será notificada hoje da auditoria que constatou irregularidades no contrato

CATARINA SANTIAGO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O relator da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) no Hospital Regional Justino Luz, de Picos, conselheiro Kennedy Barros, informou ao Diário do Povo que estará notificando, oficialmente, hoje o secretário estadual da Saúde, Francisco Costa, sobre o resultado da auditoria que constatou irregularidades no contrato firmando entre Governo do Estado e a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização (IGH), atual gestora do hospital.

“Vou dar entrada na medida cautelar no dia 4 de janeiro, quando se volta do recesso. Eu já havia me manifestado antes que só tomaria qualquer decisão baseada no relatório da auditoria e agora saiu a auditoria. Em resumo, do jeito que está o contrato é como se você estivesse dando um cheque em branco para fazer a gestão da forma que dizia haver a necessidade. O que o TCE está dizendo é que pode se mudar a gestão, mas o Estado vai ter que amarrar os pontos soltos e corrigir as irregularidades



CONSELHEIRO Kennedy Barros tomou a decisão baseado em um relatório apresentado pela auditoria

contratuais observadas”, afirmou Kennedy Barros.

O conselheiro e relator da matéria disse ainda que acatou integralmente o resultado do relatório feito pelos auditores da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) do TCE-PI, que pede a suspensão imediata do contrato por causa dos prejuízos ao erário público como falta de economicidade. O Governo do Estado argumentou que com a gestão da OS o custeio mensal de R\$ 3,4 milhões do Justino Luz baixaria para R\$ 3,1 com otimização dos serviços prestados.

O que os técnicos da auditoria constataram foi o contrário disso. De acordo com o assessor jurídico José Américo da Costa Júnior, que fez parte da auditoria, nos primeiros três meses da vigência do contrato, o Estado repassou não só os R\$ 3,1 milhões previstos mensalmente para a OS, mas ainda pagou o salário dos servidores efetivos da Secretaria da Saúde (Sesapi) que trabalham no hospital, o que deveria ter sido pago pela IGH e não pelo Governo.

José Américo afirmou ainda que, de acordo com o contrato, além dos R\$ 37 milhões

que anualmente terão de ser repassados pelo Estado para a OS, há previsão de gastos de R\$ 9 milhões de acréscimo de gastos através da dotação orçamentária. O problema disso, segundo ele, é que não há previsão de onde serão retirados esses recursos, informação que deveria obrigatoriamente constar no contrato. “Com base no contrato serão necessários R\$ 9 milhões a mais do que o que o Estado tem condições hoje de repassar e vai ter que procurar de onde vai retirar esses recursos, algo que não está dito no contrato”, finalizou o técnico.

Outras irregularidades apuradas junto a IGH

Além da falta de economicidade, outras faltas foram apontadas como “graves” no relatório feito pela Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) do TCE-PI no contrato de gestão do Governo do Estado com a OS Instituto de Gestão e Humanização (IGH), gestora do Hospital Regional Justino Luz, de Picos.

Entre elas estão: a falta de detalhamento dos custos dos serviços e procedimentos que serão realizados durante a gestão da IGH, o que, segundo os técnicos da auditoria, impede que se tenha uma perspectiva final do custo total da gestão do hospital pela OS, o que indicaria que o custo será superior ao



Foto: Divulgação

HOSPITAL JUSTINO LUZ, em Picos, tem sido alvo de fiscalização

comprovado pela auditoria; falta de transparência no processo por não ter havido consulta comprovada ao Conselho Mu-

nicipal de Saúde, além de ausência de Termo de Ajuste de Gestão (TAG) junto ao Tribunal de Contas do Estado, o que

daria legitimidade ao processo de transferência da gestão pública para a OS. Os auditores também afirmam que não está claro como será feita a prestação de contas da OS, se diretamente à Sesapi ou ao TCE-PI.

O relator da auditoria do TCE-PI, conselheiro Kennedy Barros, disse que, apesar dos “vícios contratuais encontrados”, não vê motivo para que o Estado não corrija os vícios e salve o contrato. “Eu acredito que o secretário de Saúde (Francisco Costa), sendo notificado, vai suspender, vai fazer o Ajuste de Gestão que o Tribunal está propondo e este Ajuste de Conduta com Ministério Público e aí, sim, corrigir os vícios”, afirmou o conselheiro. (CS)



Máxima: 30,44
Mínima: 18,08
Média: 24,26
Mínima: 24,26

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

JORNAL meionorte

ANO XXI - Nº 8564 - TERESINA (PI), SEGUNDA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 2016



INICIATIVA

O superintendente da Previdência, Marcos Steiner, detalhou a importância do programa Habitar Servidor para o Piauí e a expectativa é que ele se desenvolva neste ano

Programa beneficiará todos os servidores

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O programa "Habitar Servidor", destinado a realizar o sonho da casa própria dos servidores públicos piauienses também é primordial para a redução do déficit previdenciário, que chega a até R\$ 750 milhões anuais. A dinâmica do projeto permitirá que alguns imóveis sejam destinados ao aluguel, capitalizando o fundo da área, a novidade fica por conta do esforço do Executivo para que o anúncio dos dois primeiros empreendimentos seja demandado. Com a iniciativa, o superintendente da Previdência, Marcos Steiner, detalhou a importância do programa para o Piauí, a expectativa é que ele se desenvolva neste ano.

"Na verdade o programa habitar servidor tem dois fatores importantes, primeiro não é uma coisa nova, o Estado tenta implementar para construir unidades habitacionais para venda preferencialmente ao servidores, este



SUPERINTENDENTE diz que estão sendo abertas novas unidades

é o primeiro ponto, estão sendo abertas unidades habitacionais para o servidor público ativo, aposentados e pensionistas, para os bombeiros militares, e não se restringe aos servidores do Poder Executivo", disse.

O gestor chamou a atenção para a participação de servidores de outros Poderes

na iniciativa. "Tanto servidores do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do TCE, ou seja todos os servidores dos Poderes poderão adquirir unidades habitacionais desde que preencham os requisitos exigidos no edital, o segundo ponto importante é que é uma inovação", detalhou.

Apesar da ajuda do mode-

O gestor chamou a atenção para a participação de servidores de outros Poderes na iniciativa

lo do Acre na construção do Habitar Servidor, a proposta piauiense é pioneira. "Nós estamos trabalhando um projeto piloto, qual é o projeto piloto? Da comercialização das unidades habitacionais, parte desse dinheiro irá para o Fundo da Previdência, esse modelo é que a gente traz do Estado do Acre, só que no Acre era algo mais primário, o Estado reservou um lote de empreendimentos e ele venderia esses lotes, aqui não, estamos construindo unidades habitacionais através de um convênio com a Caixa Econômica Federal e da comercialização vem o dinheiro pro Fundo, esse é um modelo que se der certo nós vamos poder trabalhar cada vez mais", impôs.

Modelo será copiado por outros Estados

Com o andamento positivo do projeto em âmbito estadual, Steiner sinaliza para a expectativa de que outros entes federativos copiem a ideia do Executivo piauiense. “Vamos intensificar essa modelação, preferencialmente, como disse, essa unidade é para os servidores, caso sobrem unidades serão abertas para o púb-

lico em geral, claro que tem obedecer os critérios da Caixa. Os terrenos, são terrenos que parte já estão ocupados, já tem unidades próximas, outras terrenos não tem unidades habitacionais, praticamente em toda a cidade teremos áreas disponíveis, existe uma expectativa muito grande em relação aos outros Estados copiarem

esse projeto do Piauí, estamos inovando em busca de ativos financeiros ao Fundo, a base de discussão está muito bem sustentada, não atropelamos nenhuma etapa”, finalizou.

No que tange à arrecadação, o gestor indicou para a necessidade de se observar o perfil dos servidores. “A arrecadação vai depender da faixa

de servidor que se interessar, foi aberto o primeiro pré-cadastro, nós vamos ter uma ideia de qual seu perfil, o valor que ganha, vai depender muito do interesse do servidor, se terá um perfil mais caro, o mercado que vai nos dizer, quando estiver fechado é que teremos uma perspectiva de receita”, detalhou.

Terça-feira

Teresina, 5 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

Veja essa!

"O Governo Wellington Dias fez a sua parte em 2016, trabalhando para que o Piauí não sentisse em maior proporção a crise econômica que se espalhou pelo País em 2015".

Se você pensa que a opinião é do líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado João de Deus (PT), enganou-se! É de um dos líderes da oposição, o deputado Luciano Nunes (PSDB).

Tem mais!

Ele disse mais: "É o primeiro ano de um governo que rapidamente conseguiu uma base de sustentação sólida e que, portanto, não gerou problemas políticos. Ele não enfrentou dificuldade em implementar aquelas políticas que encaminhou para a Assembleia Legislativa. Os problemas nacionais não repercutiram no Piauí", avalia.

Este governo precisa mesmo se preocupar com a oposição?

Pois é!

Mas, justiça seja feita, além da oposição e da Assembleia, todos colaboraram para que o governador Wellington Dias pudesse ter sucesso em seu primeiro ano de mandato.

O Tribunal de Contas retirou do cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal os inativos e pensionistas.

Com isso, o governo ganhou uma folga de 8% na folha.

Sem a medida, teria estourado todos os limites da LRF.

E mais

Já o Tribunal de Justiça liberou depósitos judiciais para o governo, e o Estado pode fazer caixa para as despesas de final de ano.

Então, boa vontade não faltou!



TEMPO
Nascer: 5h44
Pôr: 18h09
Máx: 27°C
Mín: 23°C

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

JORNAL meionorte

ANO XXI - Nº 8565 - TERESINA (PI), TERÇA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 2016



COLUNA

Opinião

DA REDAÇÃO

PRA DEPOIS

O secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, revela que a intenção do Governo do Estado é resolver as pendências judiciais que emperram a instalação da Organização Social (OS) no Hospital Regional de Picos. Só depois o modelo será levado para as unidades de Parnaíba e Floriano. Há ações contra a medida vindas do MP e TCE.



02/01/16, 19:10

Assembleia, Ministério Público, TJ e TCE também farão recadastramento de servidores

O secretário de Administração do Piauí, Franzé Silva, informou que a Assembleia Legislativa do Piauí também vai realizar o recadastramento dos servidores nos mesmos moldes do realizado pelo poder executivo em janeiro de 2016. Em um segundo momento deverá ser feito o mesmo trabalho no Ministério Público e nos Tribunais de Justiça e de Contas do Estado, segundo afirmou o secretário.



“A Assembleia já aderiu, o presidente Themístocles Filho já teve uma reunião com a previdência e juntamente conosco. Ele já fechou, confirmou para a gente começar em janeiro de 2016 esse trabalho”, garantiu o secretário.

Confira também

[Recadastramento: 77% dos servidores realizaram e não haverá prorrogação](#)

[Recadastramento: Seis mil servidores não fazem e podem perder emprego](#)

[Recadastramento: 3.360 servidores têm contracheques bloqueados](#)

[Blog do Bira: Governo do Piauí vai recadastrar todos os servidores](#)

Franzé afirmou que, na realidade, essa é uma providência que o Ministério da Previdência está tomando e que o ministro quer fazer em todos os Estados. “No caso do Piauí, nós saímos na frente no executivo e fizemos uma visita ao presidente Themístocles e ele acatou primeiramente e vai iniciar logo”, explicou.

Em 2015 o governo do Estado realizou o recadastramento de quase 100 mil servidores do poder executivo e conforme os dados contabilizados, a economia gerada para o tesouro estadual foi de R\$ 6,9 milhões.

Lyza Freitas
redacao@cidadeverde.com



Um antro chamado Educação - 04/01/2016 às 18h32

Com TCE-PI 'bonzinho', Átila vai se safando de irregularidade na Seduc

Mesmo com várias aberrações na prestação de contas em 2011, gestor se livra numa boa na Corte

• Direito Civil
• Direito Empresarial
• Direito Administrativo

R. Visc. da Parnaíba
1439 - Horto Florestal
(86) 3222-7522

FÁBIO VELOSO
ADVOCACIA



Por Rômulo Rocha

- Veja abaixo algumas das assombrosas irregularidades detectadas dentro da SEDUC e que sequer foram enviadas ao Ministério Público Estadual ou Federal

Quem vê o acórdão N° 1.727/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí vai ter a certeza de que o órgão é uma mãe.

O documento sugere ainda que dependendo do rosto, do cargo e da importância do político, os relatórios técnicos da Casa não servem muito de base não, quando chegam ao plenário da Casa.

Pois num é que o ex-secretário de Educação Átila Lira (PSB), hoje deputado federal, conseguiu se safar das inúmeras irregularidades detectadas pela Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE).

O governo foi o de Wilson Martins (PSB). Eis aí mais um gestor que pode ir para televisão, bater no peito e dizer: 'o TCE aprovou minhas contas'.

Como ir do estágio à gerência



O TCE aprovou as contas de Átila Lira com ressalvas, somente, e impôs uma multa de 2000 UFRs, equivalente a R\$ 2,71 à época, cada uma. Uma fichinha.

Abaixo, algumas das irregularidades - somente algumas delas, segundo a DFAE:_____

- Houve irregularidades nas especificações das despesas nos históricos dos empenhos relacionados à locação de veículo; ausência de justificativa na locação dos veículos na comprovação de despesas no valor de R\$ 325.542,78;

- Sonegação de documentos exigidos pelos técnicos do Tribunal de Contas durante a inspeção;

- Houve irregularidades nas especificações das despesas nos históricos dos empenhos relacionados aos serviços de consultoria, pois não há o tipo de consultoria que seria prestada;



SEM BOLSAS E NEM EVENTOS

- Houve irregularidades nas especificações das despesas referentes aos processos relacionados às aquisições de bolsas para eventos, pois não houve a comprovação da realização do evento e nem a constatação da entrega das bolsas aos participantes;

SEM LIVROS

- Houve irregularidades nas especificações das despesas referentes aos processos relacionados às aquisições de livros pedagógicos, pois não houve a comprovação da distribuição dos livros e a Nota Fiscal foi emitida em nome de outro fornecedor.

CADÊ OS PARTICIPANTES DOS CURSOS?

- Houve irregularidades nas especificações das despesas aos processos relacionados ao pagamento de cursos de extensão em licitações, pois não houve a comprovação da presença dos inscritos no referido curso para justificar a realização da despesa;

CADÊ A ORDEM BANCÁRIA?

- (...) Houve despesas acima do limite estabelecido para suprimento de fundos e ausência de via de ordem bancária no processo;

CADÊ OS EMPENHOS?

- Houve o pagamento das locações de veículos antes da emissão do empenho, no valor total de R\$ 325.542,78;

- Houve o pagamento de serviço de consultoria antes da emissão do empenho, no valor total de R\$ 49.520,00;

- Houve o pagamento na aquisição de gênero alimentício antes da emissão do empenho, no valor total de R\$ 12.597,95;

- Houve pagamento de despesas do exercício financeiro anterior como se fossem despesas do exercício financeiro sob exame, relacionada a pagamento de lanches em evento realizado em 2010;

POR QUÊ?

- Houve pagamento com transporte de alunos, no valor de R\$ 26.000,00, e com aquisição de material didático, no valor de R\$ 3.130.320,00, com recursos da Coordenação Geral da SEDUC, quando deveriam ser realizadas com os recursos do FUNDEB;

- Houve o pagamento de prestadores de serviços, no valor de R\$ 483.244,45, com recursos do Ensino Fundamental (Planejamento Estratégico) sem justificativa que o recurso aplicado tivesse relação com o objetivo da atividade desenvolvida pela SEDUC;

- Houve pagamento de prestadores de serviços, no valor de R\$ 528.988,56, com recursos do Ensino Médio (Modernização Administrativa) sem justificativa que o recurso aplicado tivesse relação com o objetivo da atividade desenvolvida pela SEDUC;

PAGAMENTO SUSPEITO DE PUBLICIDADE

- Houve o pagamento de despesas referentes a serviços de publicidade, nos valores de R\$ 239.112,44 e R\$ 237.788,95, pela SEDUC, serviços contratados pela Coordenadoria de Comunicação, órgão responsável pelo pagamento das despesas;

PAGANDO PRESTADORES DE SERVIÇOS COM DAS

- Houve pagamento de prestadores de serviços, no valor de R\$ 129.617,59, com recursos do Ensino Fundamental (Fiscalização de Políticas Públicas Educacionais) por meio de DAS, sem previsão legal para essa forma de pagamento;

AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO EM:

- R\$ 36,3 mil em material permanente;
- R\$ 173,6 mil em material de informática;
- R\$ 16,7 mil em equipamentos de informática;
- R\$ 16,6 mil em equipamentos musicais;
- R\$ 12,8 mil em serviços de ar condicionado;
- R\$ 8 mil em serviços de limpeza em copiadora;
- R\$ 26 mil transporte de aluno.

IMAGINA...

Átila Lira é administrador de empresas.

Blogueiro: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha